

DIAGNÓSTICO DA ECONOMIA INFORMAL NO MUNICÍPIO DE MACHADO/MG

Luiz Célio S. ROCHA¹; Adenylson D. MARIANO²

RESUMO

A informalidade não é um fenômeno restrito aos países em desenvolvimento, atingindo inclusive os países desenvolvidos (WILLIAMS, 2013), sendo relevante para a economia desses países. Assim, o presente trabalho tem como objetivo fazer um diagnóstico da economia informal no Município de Machado/MG. Para tanto foi realizada uma pesquisa qualitativa, com método de bola de neve (BIERNACKI; WALDORF, 1981), utilizando entrevistas estruturadas com todos os proprietários de negócios identificados, onde posteriormente fez-se uma análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Foram identificados 107 negócios atuando na informalidade, concluindo-se que existe grande heterogeneidade e que políticas públicas devem considerar toda essa complexidade buscando melhorias reais na vida dos envolvidos.

INTRODUÇÃO

O debate sobre crescimento econômico no Brasil tem se concentrado fortemente na agenda macroeconômica, especialmente nos temas de estabilidade monetária, sustentabilidade fiscal e capacidade de adaptação da economia frente às adversidades externas. No entanto, mesmo com o progresso apresentado nessas frentes, torna-se evidente que o crescimento do Brasil ainda é bastante limitado quando comparado a outros países em desenvolvimento, tais como Índia e China, que vêm crescendo a taxas muito mais elevadas (MGI, 2004). Um dos principais argumentos para que isto ocorra é a existência de uma série de barreiras à economia formal no país e o nível de informalidade resultante (MGI, 2004).

Com o intuito de fornecer a base necessária para reforçar políticas públicas que venham a reduzir a informalidade e melhorar as condições de trabalho dos indivíduos é que este tema deve ser estudado. Assim, o objetivo geral deste trabalho é fazer um diagnóstico a respeito da economia informal no Município de

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Machado. Machado/MG, email: luiz.souza@ifsuldeminas.edu.br;

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Machado. Machado/MG, email: adenylsondomingues@gmail.com;

Machado/MG, buscando para tanto: identificar as empresas que atualmente exercem suas atividades na informalidade; caracterizar, socioeconomicamente, os empreendimentos identificados; e buscar as razões para que estes empreendimentos permaneçam na informalidade. É importante ressaltar que, no momento em que a pesquisa foi realizada, não existiam informações a respeito do setor informal da economia no município analisado.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, quanto aos seus objetivos, está caracterizada como descritiva e exploratória. Tendo em vista o tema e o objetivo definidos para o estudo, este trabalho adotou uma abordagem de análise predominantemente qualitativa, por abrir a possibilidade em enfatizar o registro de conteúdos significativos do conteúdo do discurso dos sujeitos que fizeram parte desta investigação (RICHARDSON, 2008). O método de bola de neve (BIERNACKI; WALDORF, 1981) foi utilizado para identificar os participantes do estudo. Uma vez identificados os empreendedores que fariam parte do estudo, utilizou-se de entrevistas estruturadas, com questionários compostos de perguntas abertas. A análise dos dados começou assim que as últimas entrevistas foram feitas, e para isso, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977). À medida que se foi analisando os dados buscou-se definir as dimensões de análise. Por fim, realizou-se a interpretação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com relação à caracterização socioeconômica dos proprietários dos negócios, os resultados são discutidos a seguir. Quando analisa-se a renda média familiar tem-se o valor de R\$ 2.317,95, sendo este valor composto tanto pelo rendimento oriundo do negócio quanto da renda auferida pelo cônjuge ou, ainda, por outra renda qualquer como a aposentadoria do proprietário. Quando analisamos somente a renda média oriunda do negócio, a média encontrada foi de R\$ 1.128,78, média esta superior ao salário mínimo vigente de R\$ 724,00. Este fato confirma o defendido por alguns autores como Cacciamali (1994), Becker (2004), Maloney (2004) e Paschoal et al. (2013) de que aqueles indivíduos ocupados em atividades incluídas na economia informal nem sempre auferem renda inferior aos rendimentos dos trabalhadores assalariados. Maloney (2004) explica que ao contrário do que ocorre com a ocupação formal, o indivíduo na informalidade não possui benefícios e por isso recebe mais dinheiro em mãos, como uma medida compensatória. Vale destacar que a maioria dos respondentes não possuía outra fonte de renda (76,6%), sendo a

renda auferida com o negócio seu principal meio de subsistência, conforme defendem alguns autores, entre eles Cacciamali (1982, 1994) e Becker (2004).

Com relação à idade dos respondentes, a maioria (73,9%) está na principal idade da atividade econômica, ou seja, entre 25 e 59 anos (WILLIAMS; YOUSSEF, 2013). Do total dos entrevistados, 41,1% eram mulheres e 58,9% eram homens. Com relação à escolaridade, a grande maioria dos respondentes possuía um baixo nível, pois 74,9% dos entrevistados não possuíam nem o 2º grau completo. Melo e Teles (2000), ao analisarem o comércio ambulante no Rio de Janeiro, encontraram uma quantidade expressiva de pessoas com idade entre 36 e 45 anos, dado este mais próximo do presente estudo. O estudo conduzido pelo IBGE e pelo SEBRAE (2005), também aponta faixa etária próxima à encontrada pelo presente estudo. Ao analisar a baixa escolaridade dos entrevistados, recorre-se a Williams e Youssef (2013), Maloney (2004), e Becker (2004) que concordam que a falta de preparo do trabalhador pode influenciá-lo a ingressar na informalidade, além de dificultar sua migração para a economia formal. Isso ocorre, pois, grande parte dos empregos regulamentados exige um grau mínimo de preparação (MGI, 2004). Barbosa Filho (2012) afirma, inclusive, que a redução da informalidade no Brasil entre os anos de 2002 a 2009 deve-se ao aumento dos níveis de educação.

Verifica-se que os negócios informais identificados pertencem a diversos ramos de atividade, sendo que se considerarmos os diversos ramos inerentes à prestação de serviços juntamente com o setor de comércio, teremos 74,8% do total. Esses resultados vão ao encontro do que citam vários outros autores como Cacciamali (1982), Ramos (2002) e Melo e Teles (2000). As explicações para que o setor de serviços seja o mais expressivo na economia informal são várias, e começam com as mudanças ocorridas na estrutura setorial do emprego, principalmente a partir da abertura econômica ocorrida no Brasil na década de 90 do século passado, onde o aumento da terceirização fez aumentar o setor de serviços. Desde então, ano após ano, temos assistido a uma retração dos postos de trabalho na indústria e aumento dos postos de trabalho no setor de serviços, setor este que em 2001 tinha um grau de informalidade referente ao emprego da ordem de 60% (RAMOS, 2002). Melo e Teles (2000, p.9) afirmam que “o setor de serviços é um absorvedor da mão de obra excluída das demais atividades econômicas” o que reforça a ideia de que este setor é muito relevante para a economia informal. Entretanto, essa aparente concordância com a abordagem Neo-Marxista (WILLIAMS, 2013, PISANI; PAGÁN, 2004) não se

confirma quando analisamos que somente 4,7% dos negócios analisados se dedicam a prestar serviços para empresas.

Dos respondentes, 66,4% afirmaram trabalhar sozinhos à frente de seu negócio. Aqueles que ocupavam outras pessoas no negócio tinham na própria família sua principal fonte de mão de obra. Esse dado indica que não há uma separação clara entre o capital e o trabalho, ou seja, o proprietário de um negócio informal é dono dos instrumentos e dos conhecimentos necessários ao trabalho, executando e ao mesmo tempo gerenciando sua atividade econômica, com a ajuda de mão de obra familiar. Essa informação vai ao encontro do que defendem vários autores como Cacciamali (1982, 1994), Melo e Teles (2000), Becker (2004) e Maloney (2004). Vale ressaltar que de todas as pessoas ocupadas nos negócios pesquisados, 38,3% contribuíam com a previdência, valor este significativo e ao mesmo tempo contraditório, principalmente se analisado o argumento de que os empreendedores informais fogem da regulamentação estatal (DE SOTO, 1987). Em seu estudo, Williams (2013) encontrou que a formalização é significativamente correlacionada com países mais ricos e mais iguais, nos quais existe maior intervenção no mercado de trabalho, maiores níveis de proteção social e mais efetiva redistribuição via transferências sociais, o que pode servir para explicar, pelo menos em parte, por que os indivíduos, mesmo atuando na informalidade, optam por contribuir com a previdência social.

O total do faturamento anual dos negócios foi de R\$ 2.861.568,00, o que, apesar de significativo, ficou bem abaixo do previsto de R\$ 104.854.848. O total movimentado anualmente pelos negócios informais no município de Machado representa, aproximadamente, 2,7% do PIB do Município, segundo dados do IBGE (2011), sendo que as estimativas dão conta que no Brasil, isto equivale a 16,8% (BARBOSA FILHO, 2012).

Com relação à idade dos negócios analisados, tem-se que, apesar de informais, estes apresentaram muitos anos de funcionamento: 9,7 anos, em média. Becker (2004) apresenta que em 1991 a economia informal da Tanzânia apresentava um pouco mais de 40% de negócios informais funcionando por 5 anos ou mais, dado este que condiz com o obtido no presente estudo. Isso demonstra claramente a falta de incentivo governamental, que se traduz em falta de interesse por parte dos proprietários em formalizar seu negócio e fazê-lo crescer. Ribeiro (2000) cita que os sistemas de transferências sociais implicam em forte incentivo à migração e

manutenção na economia informal quando, mesmo atuando na informalidade, o trabalhador continua a receber os benefícios sociais sem ter que contribuir por meio de tributos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que fica evidente no presente estudo é a heterogeneidade existente quando se trabalha com a economia informal, que é, cada vez mais, um ambiente plural e complexo, possuidor de aspectos tanto positivos quanto negativos. Essa consideração é importante, pois, deve servir de guia para políticas públicas que venham a proteger e valorizar o trabalho desenvolvido pelos indivíduos, possibilitando melhorias reais na vida dessas pessoas o que passa, obrigatoriamente, pela oferta de educação de qualidade em todos os níveis. Ao se analisar especificamente a situação dos empreendedores atuantes na economia informal, cursos de empreendedorismo e gestão poderiam suprir algumas lacunas importantes na atuação desses indivíduos, sendo que a rede federal de educação, no caso do Brasil, pode desempenhar papel importante neste tipo de formação.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA FILHO, F. H. **An Estimation of the Underground Economy in Brazil**. Paris: OECD, 2012. Disponível em: < <http://www.oecd.org/ctp/tax-global/An%20Estimation%20of%20the%20Underground%20Economy%20%20in%20Brazil.pdf> >. Acesso em: 22 jul. 2013.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BECKER, K. F. **The Informal Economy**. Estocolmo: SIDA, 2004.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball Sampling: Problem and Techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods and Research**, v.10, p.141-163, 1981.
- CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o Setor Informal Urbano e formas de participação na produção**. Tese de Doutorado em Economia-USP/FEA. São Paulo: USP, 1982.
- CACCIAMALI, M. C. A Economia Informal 20 anos depois. **Revista Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 21, n. 4, p.217-232, 1994.
- D'ANGELO, H. Diálogo sobre a polêmica Economia Informal. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 3, n. 1, 2001.
- DE SOTO, H. **The Mystery of Capital: Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else**. New York: Basic Books, 2000.

DE SOTO, H. **El Otro Sendero**. 7.ed. Lima: Instituto Libertad y Democracia, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2005-2009**. Contas Nacionais número 36. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE; SEBRAE. **Economia Informal Urbana**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

MALONEY, W. F. Informality Revisited. **World Development**, v. 32, n. 7, p. 1159–1178, 2004.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE – MGI. **Eliminando as barreiras ao Crescimento Econômico e à Economia Formal no Brasil**. São Paulo: McKinsey & Company: 2004.

MELO, H. P.; TELES, J. L. Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro. **Texto para discussão nº773**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PASCHOAL, A. S.; LUMIKOSKI, A. C.; BUENO, B. S.; SOUZA, C. T. M. Economia Informal: desafios ao estabelecimento de padrões de trabalho decente. In: ARAÚJO, R. S. et al. (Org.). **Indivíduo, Sociedade e Autonomia: caminhos para a dignidade humana**. Brasília: Editora da UNB, 2013.

PISANI, M. J.; PAGÁN, J. A. **Review of Development Economics**, v. 8, n. 4, p. 541–556, 2004.

RAMOS, L. A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. **Texto para discussão nº914**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

RIBEIRO, R. N. **Causas, Efeitos e Comportamento da Economia Informal no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Economia do Setor Público. Brasília: UNB, 2000.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WILLIAMS, C. C. Out of the shadows: a classification of economies by the size and character of their informal sector. **Work, Employment & Society**. DOI: 10.1177/0950017013501951, p.1-19, November, 20, 2013.

WILLIAMS, C. C; YOUSSEF, Y. Evaluating the Gender Variations in Informal Sector Entrepreneurship: Some Lessons from Brazil. **Journal of Developmental Entrepreneurship**, v. 18, n. 1, 1350004, p. 1-16, 2013.

AGRADECIMENTOS

CNPq e IFSULDEMINAS – Câmpus Machado.